



Diálogos

ISSN 2177-2940



Plano de melhoramentos de Nova Iguaçu durante a gestão de Amaral Peixoto: urbanismo na terra da laranja (1942)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v27i1.59215>

Lúcia Silva

 <https://orcid.org/0000-0001-8692-0198>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seropédica-RJ, BR

E-mail: lrentesilva@gmail.com

Improvement plan for Nova Iguaçu during Amaral Peixoto's administration: urbanism in the land of oranges (1942)

Abstract: This article aims to describe the urbanistic plan authored by Lincoln Continentino to the Nova Iguaçu municipality in 1942, highlighting the political and economic aspects involved in its production, especially those linked to the policies of municipalities of Amaral Peixoto, in a broader perspective. With the rural profile was contemplated with urbanistic plan. Nova Iguaçu was the largest exporter of orange and occupied the territory that is today called Baixada Fluminense region. This paper aims to analyze the action of the social groups involved in the process, beyond to present the arguments used and the political use of the plan.

Key words: Urbanism; Dictatorship of the Estado Novo; Municipality of Nova Iguaçu-RJ, Sanitation.

Plan de mejoramiento de Nova Iguaçu durante la administración de Amaral Peixoto: urbanismo en la tierra de las naranjas (1942)

Resumen: El objetivo de este artículo es describir el plan de mejora de Lincoln Continentino para el municipio de Nova Iguaçu en 1942, destacando los aspectos políticos y económicos involucrados en su proceso de creación, principalmente aquellos vinculados a las políticas de los municipios de Amaral Peixoto, en una perspectiva más amplia. Con perfil rural, el municipio fue contemplado con un plan urbanístico, Nova Iguaçu era la mayor exportadora de naranjas y ocupaba territorialmente lo que ahora se llama Baixada Fluminense. Este artículo tiene como objetivo analizar la actuación de los grupos sociales involucrados en el proceso, además de mapear los argumentos utilizados y las apropiaciones políticas del plan.

Palabras clave: Urbanismo; Dictadura del Estado Nuevo; municipio de Nova Iguaçu-RJ, Saneamiento.

Plano de melhoramentos de Nova Iguaçu durante a gestão de Amaral Peixoto: urbanismo na terra da laranja (1942)

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever o plano de melhoramentos de autoria de Lincoln Continentino para o município de Nova Iguaçu em 1942, ressaltando os aspectos políticos e econômicos envolvidos em seu processo de confecção, principalmente aqueles ligados às políticas de municipalidades de Amaral Peixoto, em uma perspectiva mais ampla. Com perfil rural o município foi contemplado com um plano urbanístico, Nova Iguaçu era o maior exportador de laranja e ocupava territorialmente o que hoje denomina-se Baixada Fluminense. Este artigo visa analisar a ação dos grupos sociais envolvidos no processo, além de mapear os argumentos utilizados e as apropriações políticas do plano.

Palavras-chave: Urbanismo; Ditadura do Estado Novo; Município de Nova Iguaçu-RJ, Saneamento.

Recebido em: 01/06/2021

Aprovado em: 31/05/2023

Nova Iguaçu em 1942 ocupava o que atualmente são os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti, ou seja, era o que hoje denomina-se de Baixada Fluminense (ou pelo menos a Baixada Histórica). No início da década de 1940 era grande produtor de laranja, mas em função da Segunda Guerra Mundial, estava com dificuldades de exportar para o seu maior mercado comprador, a Europa; e apesar do contexto internacional, o município-região era rico. Na década anterior, durante a gestão de Arruda Negreiros (1931/36), o pequeno núcleo urbano do Distrito-Sede havia passado por uma renovação urbana.

O município-região ainda não tinha as características de periferia, pois grande parte de seu território estava ocupado com a citricultura, embora nas franjas com o Distrito Federal estivesse ocorrendo um acelerado processo de ocupação urbana. Área contígua à cidade do Rio de Janeiro, de base rural, mas com um processo de urbanização em curso, o município seria contemplado durante a gestão do interventor estadual Amaral Peixoto (1937/45), com um plano de melhoramentos.

Para dimensionar politicamente o que foi este plano no município, este trabalho tem por objetivo apresentar esse processo, ressaltando os aspectos políticos e econômicos envolvidos na confecção do plano, além de mapear os sujeitos e os argumentos utilizados na legitimação da sua confecção.

Para dar conta destes objetivos, este texto será dividido em três partes. A primeira visa apresentar o contexto político-econômico de Nova Iguaçu naquele momento, visto que apesar de estar próximo da cidade do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), pouco se sabe sobre o grande município. A segunda parte procura descrever o plano em si, não só porque é desconhecido da historiografia, mas porque os estudos sobre Urbanismo na Era Vargas pouco se deteve acerca do impacto destes projetos em regiões periféricas (neste caso, ainda sem ser periferia), e principalmente, porque o plano de melhoramento foi coetâneo de outro processo que estava em curso, e juntos, ao fim e ao cabo, transformariam aquelas terras em periferia quando a dinâmica de metropolização tornou-se hegemônica na organização dos espaços na região, a terceira parte procura articular o contexto político-social da confecção do plano ao de saneamento realizado pela Diretoria/Departamento de Saneamento da Baixada Fluminense.

SILVA, Lúcia. Plano de melhoramentos de Nova Iguaçu durante a gestão de Amaral Peixoto: urbanismo na terra da laranja (1942)

Figura 1. Mapa do município de Nova Iguaçu em 1940



Fonte: Decreto Estadual 641 de 15 de dezembro de 1938

Duas observações devem ser feitas em relação a este texto. É uma narrativa do campo da História, e como tal, é necessário ressaltar que as tramas do passado são construídas a partir de um conjunto de documentos e da escolha de um olhar dentre os muitos possíveis, neste caso, dos jornais e da atuação dos principais agentes produtores do espaço na região. Isto significa dizer que serão descortinadas as práticas políticas, os melhoramentos projetados e a ação da Comissão e depois Diretoria/ Departamento de saneamento buscando analisar as características do processo de expansão urbana, vista a partir do grande município e não da cidade do Rio de Janeiro.

A segunda observação gira em torno da ideia de região que permeia este texto. O processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro teve como contrapartida o de periferização de sua área de influência, esse processo multifacetado com dinâmicas diferenciadas pode ser visto a partir da década de 1940; esse mesmo processo de forma complementar potencializou a emergência da Baixada Fluminense enquanto sub-região da Região Metropolitana. A configuração dessa sub-região está intimamente ligada a um conjunto de eventos ocorrido no mesmo período: a liberação do estoque de terras, produto do saneamento dos anos 40, o fim da citricultura e a constituição de

elementos discursivos que possibilitaram criar um imaginário que transformou a “Baixada para os de baixo” quando estava sendo ocupada urbanamente de forma acelerada.

Ao lado destas transformações ocorreriam também as primeiras emancipações. O grande município se dividiria em unidades político-administrativas diferentes quando um padrão de ocupação se tornou hegemônico. Baixada Fluminense emergiria então como periferia a partir da desintegração do grande município de Iguassu (ou Nova Iguassu), daí identificar apenas os territórios do antigo município como pertencentes à região¹. Perfilamo-nos com a configuração que ficou reconhecida como Baixada Histórica (SIMÕES, 2007) e que tem no fim da citricultura, na “febre dos loteamentos” e na fragmentação política, os elementos explicativos para o surgimento da sub-região da região metropolitana do Rio de Janeiro (SOUZA, 1992; SILVA, 2018)

Política e Economia no município de Nova Iguaçu durante o Estado Novo.

No município-região, durante o Estado Novo, atuavam três grandes dinâmicas políticas, a primeira representada pelos interesses da classe dominante local; a segunda, fruto da articulação dos grupos regionais fluminenses; e a terceira, produto das demandas nacionais, e foi na tensão destes três ritmos e exigências diferentes que o plano de melhoramentos foi elaborado. Em 1942, a municipalidade estava nas mãos de Ricardo Xavier da Silveira, representante dos citricultores, fora eleito em 1936, tendo o político local Getúlio Moura o seu maior cabo eleitoral, vencendo o prefeito Arruda Negreiros, gestor que trouxe à cena política local a ideia da necessidade de um plano de melhoramentos (SILVA, 2017).

A política municipal no início da década de 1940 podia ser lida da seguinte forma: apesar de novos grupos sociais participarem do jogo político desde 1930, inclusive com representação na Câmara, a prefeitura estava nas mãos dos citricultores. Arruda Negreiros foi prefeito de 1931/36 garantindo e efetivando todas as demandas da elite local, ainda assim não se (re)eleveu. Em 1931 fora alçado ao posto como interventor e permaneceu no cargo por conjugar com habilidade a política regional às exigências dos pomicultores. Sua gestão foi marcada por muitas obras, inclusive a de construção do hospital e modernização da estrutura urbana do Distrito-Sede (atual centro de Nova Iguaçu), ainda assim não foi eleito em 1936.

Sua derrota pode ser lida de duas formas. A primeira relaciona-se com a pouca atenção dada às franjas do município, onde ocorria ocupação urbana desordenada de forma acelerada, tornou-se conhecido por atuar na região como delegado antes de tornar-se prefeito. Apesar de ter vindo do

1 Uma das possíveis explicações dos fracassos das políticas públicas voltadas para a região estão nas formas de concepção da região, que oficialmente é composto pelos municípios de Itaguaí, Magé, Seropédica, Paracambi, Guapimirim e os oito da Baixada Histórica.

distrito de São João de Meriti, Arruda não representava aquela população, cujo pleito girava em torno da urbanização e não das demandas de exportação de laranja. A segunda relacionava-se também ao fato de ter ganho visibilidade social como delegado de um distrito urbano, portanto, também sem relação com a pomicultura. Olhado com desconfiança pela classe dominante local, manteve-se no cargo por ter realizado a modernização necessária e preconizada pelos laranjeiros, mas não era um deles e em princípio não podia ser identificado com os seus valores, diferente de Getúlio de Moura e Xavier da Silveira.

Ricardo Luiz Xavier da Silveira era advogado, grande citricultor, fora escolhido pelo partido Liberal Fluminense em convenção organizada por Getúlio de Moura, mas sem a sua presença. Fora comunicado que tinha sido escolhido quando ainda ocupava o cargo de presidência da Caixa Econômica. Apesar de pomicultor não tinha vida social no município, pois era membro do conselho do Jockey Club, do Fluminense e do Itanhangá Golf Club; sua esposa América era vice-presidente da Liga contra a Lepra, e o casal participava do círculo social do Catete. Ao contrário de Arruda que vivia no município, mas não podia ser identificado com os valores dos laranjeiros, Xavier da Silveira não vivia em Nova Iguaçu, mas era citricultor, daí Getúlio de Moura empenhar-se em torná-lo candidato, tal como informa o telegrama abaixo.

Eleição para prefeito de Nova Iguaçu: escolhido para candidato o Sr. Ricardo Xavier da Silveira

O Sr. Ricardo Xavier da Silveira recebeu o seguinte telegrama:

“Exmo. Sr. Dr. Ricardo Xavier da Silveira. Tenho a imensa satisfação de comunicar a V. Ex. que ontem o **partido político que segue neste município minha orientação**, em convenção, a qual compareceram todos os chefes distritais, foi entusiástica e unanimemente ratificada a escolha já feita do nome de V. Ex. para candidato ao cargo de prefeito deste município nas próximas eleições, sendo ontem aprovada moção de solidariedade e apoio político ao governo do Ex. Sr. Almirante Protógenes Guimaraes. Atenciosas saudações – Getúlio de Moura” (A NOITE 19/05/1936, p.26, grifos meus)

O telegrama reproduzido pelo jornal aponta para a rede de relações políticas mobilizada para a eleição municipal de 1936. Xavier da Silveira era o candidato do governador (interventor), com trânsito no Catete em função do cargo que exercia na Caixa Econômica. Já Arruda era apoiado pelo deputado estadual (e procurador do município) Mario Guimarães e estava na rede política do falecido Manoel Reis; o primeiro no partido de oposição naquele momento, o segundo, antigo representante da República Velha, aliás, aquele que afiançou sua nomeação à interventoria municipal em 1931; e mesmo sendo prefeito não tinha a máquina eleitoral local, por isto perdeu. A derrota era esperada pelo próprio jornal que veiculou o telegrama, e antes da eleição já atentava para o problema da duplicidade de cargo que Xavier acumularia depois de eleito. Apesar do

processo aberto por Mário de Guimaraes, a Justiça Eleitoral confirmou por unanimidade a compatibilidade dos cargos um ano após a posse do novo prefeito (A NOITE 16/08/1937). Desta forma, Xavier da Silveira governou por mais de um ano o município, ocupando também a presidência do banco, de 12 de agosto de 1936 a 23/11/37, quando pediu exoneração da presidência do banco.

O pedido de exoneração foi solicitado logo depois da instituição do Estado Novo, permanecendo a frente da prefeitura mais tempo que o próprio Arruda Negreiros, saindo em 17 de março de 1943, Xavier não enfrentou nenhuma oposição, a não ser aquela explicitada pelo jornal antes da eleição, a mesma que entrou com o processo de cassação de seu mandato.

Uma candidatura contramão: o dom da ubiquidade, o presidente da Caixa Econômica e prefeito de Nova Iguaçu.

Tem se feito vasta publicidade em torno da candidatura do Sr. Ricardo Xavier da Silveira, presidente da Caixa Econômica para prefeito de Nova Iguaçu.

Nós temos tanta fé na publicidade que não duvidamos um único momento que o Sr. Xavier da Silveira seja eleito para aquele cargo, seja eleito para aquele cargo se outra publicidade não surgir contra aquela esdruxula eleição... Muita gente talvez compare um presidente da Caixa Econômica feito prefeito de Nova Iguaçu com uma bicicleta com faróis de automóvel. Nós não estranhamos porque ouvimos dizer que o Sr. Xavier da Silveira possui vastos laranjais naquele município fluminense. E então? Então o Sr. Xavier da Silveira proprietário de terras em Nova Iguaçu certamente pleiteará junto ao Sr. Ricardo Xavier da Silveira, prefeito de Nova Iguaçu, a construção de estradas e outros melhoramentos capazes de valorizar as suas terras e os seus laranjais

Por sua vez o Sr. Ricardo Xavier da Silveira, prefeito de Nova Iguaçu, não dispondo de grandes recursos, dentro da simples receita do município, advogará junto ao Sr. Ricardo Xavier da Silveira, presidente da Caixa Econômica empréstimo para realizar melhoramentos em Nova Iguaçu, os quais irão valorizar as terras do munícipe Sr. Ricardo Xavier da Silveira (...) (A NOITE 19/06/36, p.4)

Processo natimorto na justiça eleitoral, visto que por um ano percorreu todas as instâncias, para acabar com o veredito a favor do novo prefeito. Pelo noticiário do jornal é possível perceber que a municipalidade não ocupava o tempo do presidente da Caixa enquanto ele exercia os dois cargos, somente a corrida das cucarachas (baratinhas) Xavier Silveira apareceu como prefeito, as demais notícias dos jornais, e eram muitas, o veiculava como presidente do banco. Isto mudaria com o Estado Novo, afinal ele pediu exoneração poucos dias depois do golpe para ser mantido na prefeitura.

A falta de informações sobre Xavier da Silveira como prefeito nos periódicos naquele primeiro momento se contrapõe com a exposição excessiva dele no noticiário como presidente do banco; depois de sua saída da presidência da Caixa, ele continuou aparecendo nos jornais, agora

como prefeito. Suas relações políticas, todas muito próximas do Catete, garantiram-lhe a permanência no cargo, mesmo com mudança do interventor estadual, aquele que o apoiou nas eleições. O Almirante Protógenes Guimaraes ainda que tenha tentado em 1936 consolidar sua rede política no estado do Rio, no qual Nova Iguaçu fazia parte, não foi capaz de se manter no cargo com o golpe, pois as forças regionais deveriam estar submetidas ao governo federal e novos arranjos políticos deveriam ser construídos.

A confirmação do cargo, curiosamente, veio acompanhada da resolução de uma querela jurídica que se arrastava desde 1934, que na prática resultou em um arranjo contábil (diminuição) de parte da dívida do município, montante utilizado para a execução de abastecimento de água. O pedido de exclusão das apólices da dívida pública (que não estavam sendo negociadas na Bolsa) ocorreu antes do golpe (set/37), e com o golpe do Estado Novo, Xavier da Silveira deixou a Caixa Econômica, mas foi confirmado no posto municipal, e com isto foi perdoada contabilmente parte da dívida, visto que os detentores das apólices deveriam resgatá-las² em um pequeno período, essa transação contábil tornou o município superavitário. A segunda curiosidade do momento de confirmação do prefeito foi a exoneração imediata de Mario Guimaraes do posto de procurador do município, já que a nova legislação (com a câmara municipal fechada pelo Estado Novo) dava plenos poderes ao executivo no âmbito municipal.

Desta forma, quando Ernani do Amaral Peixoto foi alçado ao posto de interventor do estado do Rio de Janeiro, um dia após ao golpe do Estado Novo, Xavier da Silveira administrava o município por mais de um ano. O Comandante³ assumiu com a incumbência de reorganizar as forças políticas regionais e modernizar a estrutura produtiva do estado. Politicamente, representava o governo federal, e fora escolhido antes do golpe, por representar neutralidade, visto que não tinha trajetória na política local.

Amaral Peixoto deveria ser extensão do governo federal, mas o que se viu foi a montagem do Amaralismo (pessedismo) a partir da estrutura administrativa do estado. Como interventor, o governador utilizou-se, durante o período do Estado Novo, do Departamento das Municipalidades e do Daspinho (DASPE-RJ) para constituir e consolidar o grupo político que passaria a dominar o estado do Rio de Janeiro até a Fusão (1975). O Departamento das Municipalidades era responsável pela alocação e aprovação dos recursos, além de fornecer assessoria técnica aos municípios; já o Daspinho tinha a incumbência de aprovar e executar os concursos públicos. Os dois, de forma complementar e combinada, serviram de instrumento para viabilizar as barganhas políticas do Comandante.

2 Sobre esta transação contábil, ver Correio da Lavoura de 2/12/1937 e 16/12/1937.

3 Amaral Peixoto era conhecido também como Comandante por ser militar da Marinha

Articulando as demandas do governo federal ao mesmo tempo em que reorganizava as forças políticas do estado, Amaral Peixoto teve dificuldade de atuar no município, principalmente porque o governo federal via a região como área de interesse nacional, por ser muito próxima ao Distrito Federal. A ação do estado no município foi prioritariamente no campo da saúde, não só porque o seu secretário construiu sua trajetória profissional na região, como, em função disto, pode rapidamente implantar a rede médico-hospitalar prevista pela reforma administrativa de 3 de janeiro de 1938. Os postos de saúde construídos propiciavam a urbanização de seu entorno, mudando a morfologia das áreas urbanas dos distritos.

Outra explicação para a dificuldade de ação do governo estadual estava na composição do grupo dominante local. A estratégia de Amaral Peixoto, seguindo a cartilha do governo federal, era de se aproximar dos grupos rivais dentro da fração dominante local com o objetivo de neutralizar a hegemônica, isto na prática significou juntar as frações dominadas dos municípios de Campos e Petrópolis, tornando-as dominantes dentro estado. Essa reestruturação tinha como base um jogo de hierarquia, conjugando poder nacional, regional e local. O problema era que em Nova Iguaçu parte do grupo dominante local atuava na esfera nacional, o prefeito, por exemplo, tinha uma rede social-política mais ampla do que a existente no município.

Ricardo Xavier da Silveira foi comunicado que seria prefeito, pois era proprietário da fazenda Rancho Fundo, apesar de grande citricultor, a produção de laranja não era sua principal atividade econômica. Estava presidente da Caixa Econômica, mas era grande acionista de várias empresas ligadas à produção e distribuição de energia elétrica, também era proprietário da Atlântica Seguros e de agência de automóveis. A fazenda, apesar de grande produtora, era vista como residência de verão da família. Durante sua gestão, seu endereço domiciliar manteve-se na Epitácio Pessoa⁴. Assim como ele, havia Modesto Leal e os Guinle, exemplos de grandes pomicultores que tinham influência no governo federal e por conta disto escapava do campo de ação do governador.

A saída da prefeitura em 1943 deu-se no momento em que a citricultura começara a entrar em decadência, pediu exoneração para assumir a Comissão Central (federal) de Fruta, ou seja, para defender na instância federal os interesses dos citricultores, mas ao longo de sua gestão, através dos periódicos, é possível perceber que o prefeito passou a aumentar sua participação em empresas de energia, seguindo os passos dos Guinle que estavam deixando também a citricultura e loteando seus terrenos.

Ricardo Xavier da Silveira assumiu a prefeitura no momento áureo, auge da produção de laranja; sua saída deu-se em um momento de grande riqueza, ainda que a produção fosse menor.

4 Avenida da elegante Lagoa (bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro). Era grande acionista das seguintes empresas: Auto Mescar S/A, Cia Sul Mineira de Eletricidade e Cia Força e Luz de Nepomuceno

Não é descabido pensar que ia pouco a Nova Iguaçu, já que participava de muitos eventos políticos e econômicos fora do município, mas foi em sua gestão que um conjunto de melhoramentos e intervenções foram realizadas. Um fato curioso foi a inauguração de uma galeria de fotos na prefeitura, onde Getúlio de Moura, colaborador do prefeito, mas sem cargo, teve seu retrato também colocado na galeria.

Passando todos do gabinete do sr prefeito à secretaria, inaugura-se ali o retrato do dr Getúlio Moura, figura realmente simpática a todos iguaçuanos. Discursam nesta solenidade o cap. Paulino Barbosa, orador oficial, o jornalista Sardo Filho e um funcionário municipal (CORREIO da LAVOURA, 02/02/1939, p.1)

Xavier da Silveira ocupava o posto da municipalidade em função da indicação e mobilização de Getúlio de Moura para torná-lo prefeito, na mesma eleição em que fora eleito vereador, e até o golpe do Estado Novo era o presidente da Câmara. Não é descabido pensar que o grupo dominante local estava no legislativo, ao lado de outras frações, o Estado Novo interrompeu o mandato de Sebastião Herculano de Mattos, Pantaleão Rinaldi e Tenório Cavalcanti, por exemplo. Como presidente da câmara, Getúlio de Moura liderava de fato a elite local, cujo interesse compartilhava com o grupo representado por Xavier da Silveira, que tinha apenas negócios no lugar e uma rede social mais ampla, e em função disto, era capaz de garantir os ganhos da citricultura, principalmente depois do bloqueio das exportações para a Europa (leia-se Inglaterra) em função da Segunda Guerra. Como já foi dito, apesar de exportar menos, os lucros eram maiores, graças aos esforços combinados do prefeito e do presidente da Sociedade Fruticultora de Nova Iguaçu (Sebastião Mattos).

Neste intrincado jogo político, o Comandante trouxe Getúlio de Moura para o seu lado e afastou-se de Xavier da Silveira, Tenório Cavalcanti e Mário Guimaraes por razões diferentes. O prefeito por pertencer a um círculo mais amplo, estava fora de sua esfera de atuação; Mario Guimaraes⁵ por representar o partido da situação antes do Golpe, tornando-se imediatamente oposição, já o “homem da capa preta”⁶, que iniciou sua vida política ao lado dos citricultores, tornar-se-ia oposição declarada a Amaral Peixoto ao longo do Estado Novo. Getúlio de Moura passaria a ser o principal expoente político do PSD de Nova Iguaçu, principalmente depois da emancipação de Duque de Caxias em 1943. O surgimento do novo município, dividindo territorialmente a região, também fez parte desse jogo político, enfraquecendo Nova Iguaçu.

5 Mario Guimaraes foi eleito deputado estadual pelo mesmo partido do Protógenes Guimaraes, também eleito para o estado, mas com o partido PPR (Partido Popular Radical) dividido entre dois grupos (o do Raul Fernandes e Macedo Soares). Essa divisão interna explica o processo contra Xavier da Silveira, mesmo sendo do mesmo partido e depois a oposição de Mario (UDN) a Getúlio de Moura (PSD).

6 Tenório Cavalcanti também era conhecido como o homem da capa preta, sempre acompanhado de Lurdinha (uma submetralhadora)

A última força política, também heterogênea, era representada pelo governo federal. O campo político estava sendo reestruturado durante a ditadura, o município-região foi objeto de atuação direta da União, principalmente pela proximidade com a capital federal. O saneamento da Baixada comandado por Hildebrando de Góes foi a principal intervenção do governo federal na região e a partir dela um conjunto de ações difusas foram colocadas em prática. A consecução da dessecação das terras pela Diretoria/Departamento de Saneamento da Baixada Fluminense (DNSBF) foi fruto de um longo processo, ainda iniciado no século XIX⁷, mas que ganhou celeridade durante o Estado Novo.

O governo federal além de fazer a drenagem da região, o que resultou na ampliação do estoque de terras disponíveis para uso, eletrificou a ferrovia Central do Brasil e unificou o preço da passagem, criou colônias agrícolas, e construiu a Cidade das/dos Meninas(os) e a dos Motores (que resultou apenas na implantação da FNM). Essas ações davam conta da leitura que a União tinha da região e da dificuldade de colocar em prática uma política de desenvolvimento, já que dois projetos de modernização distintos concorriam para dar sentido às intervenções. A atuação no território refletia uma disputa existente dentro do Estado, que seria explicitada anos mais tarde com o debate entre Gudin e Simonsen (1944).

Para o que cabe aqui, a ideia de o país aproveitar seus recursos naturais para firmar-se como exportador de matérias primas, defendida por Gudin, fazia da região apta à construção de uma moderna sociedade/economia rural, não só pelas vantagens do clima e terras para a laranja, mas pela proximidade com o porto exportador. Por outro lado, essa mesma proximidade conjugada à política de industrialização colocava a Baixada apta a ser preparada para um moderno parque industrial. Desta forma, as colônias agrícolas disputavam com a Cidade dos Motores às terras ganhas da água, no que seria mais tarde Duque de Caxias.

A eletrificação da Central e a construção da Cidade das(os) Meninas(os) foram ações voltadas para resolução de problemas urbanos da capital federal. A primeira como aceleração do vetor de expansão da malha urbana, a segunda, resolvia, via instituição de assistência social o problema dos menores abandonados. Intervenções dispersas e aparentemente desconectadas, principalmente porque eram frutos de repartições públicas diferentes, agiram de forma articulada e combinada no território, ainda que fossem resultados de proposições políticas heterogêneas e de escalas diferentes. Foi neste contexto, sob os auspícios do Departamento das Municipalidades, que em 1942, aconteceu a Exposição de Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro (ou Exposição de Urbanização das Cidades Fluminenses) para apresentar os vários planos de urbanização que estavam sendo executados pelo governo estadual.

⁷ Sobre este longo processo Cf. SOUTO, 2016

Os planos foram desenvolvidos pelo escritório Coimbra Bueno (os construtores de Goiânia), principalmente nas cidades do norte do estado, também pelo Departamento das Municipalidades e por urbanistas contratados como Saboya Ribeiro (Petrópolis, bairro Quitandinha) e Lincoln Continentino (Barra do Pirai, Magé e Nova Iguaçu). É importante ressaltar que Volta Redonda e a Cidade dos Motores foram ações do governo federal e ficaram sob a alçada do Atílio Correia Lima. Foi nesse intrincado jogo político de divisão do “urbanismo de planos” (que discorreremos mais a frente) no território fluminense que várias localidades do município de Nova Iguaçu foram dotadas de infraestrutura

Plano de Melhoramentos de Nova Iguaçu

Quando a esposa do Comandante cortou a fita de inauguração da Exposição em 8 de agosto de 1942 no Museu Nacional de Belas Artes, grande parte das “obras de melhoramentos” já estavam sendo executadas, não só em Nova Iguaçu, mas em outros municípios fluminenses. O secretário de Obras e Viação, Hélio Macedo Soares, na abertura do evento procurou associar, em seu discurso, os planos de remodelação à Marcha para o Oeste, cujo objetivo era mostrar que a urbanização dos núcleos urbanos estava em sintonia com a política federal de ocupação do interior e que as cidades seriam centros catalizadores e disseminadores de desenvolvimento econômico (fosse agrícola ou industrial). O plano para ele era um conjunto de medidas para dotar as localidades de infraestrutura.

A ida para o campo, a “marcha para o oeste”, são necessidades imperiosas para o nosso progresso, para integridade do nosso território, para o conhecimento e o aproveitamento de nossos recursos. Mas tanto não se consegue na vida da *jungle* e sim com a criação e multiplicação dos pequenos centros urbanos com o acesso e transporte fácil, com a assistência do estado através da instrução, do amparo social, das distribuições de água e de energia elétrica, com os centros de saúde (JB 9/8/42, p.6)

Ocupar os espaços vazios e dotar os núcleos urbanos de infraestrutura para melhor aproveitamento das economias locais, nas palavras do secretário, faziam das cidades indutoras de desenvolvimento. A exposição na capital federal tinha, entre outras coisas, a função de representar e apresentar a sintonia existente entre as esferas de governo, daí o discurso de Macedo Soares associar as remodelações (na maioria de pouca abrangência) à política de interiorização. Os núcleos urbanos deveriam ser vetores de progresso, catalizadores de desenvolvimento regional. A exposição de planos e projetos à sociedade como prestação de contas, trazia também aquilo que Feldman (2012, p. 36) já havia chamado a atenção sobre o “período Vargas ser o momento de reconhecimento da necessidade de alargamento da concepção do urbanismo”, quanto à dimensão multidisciplinar do urbanismo, nesse caso voltado à realidade da região (urbano-industrial e/ou

agrícola).

Plano de remodelação ou de melhoramentos, no sentido de urbanização, no caso do município de Nova Iguaçu esbarrava na dupla possibilidade que a região tinha. Os núcleos urbanos abrigariam uma dinâmica urbana-industrial ou agrícola voltada para exportação? O processo cujo ápice foi a exposição nos ajuda entender o movimento dos agentes que conformaram a Baixada Fluminense enquanto região e um novo padrão de ocupação/moradia.

Quando o Comandante assumiu em 1937, Nova Iguaçu vivia o momento áureo da exportação de Laranja, o Distrito-Sede já tinha passado por uma reforma urbana na gestão de Arruda Negreiros (31/36) e Xavier da Silveira, mesmo aparecendo pouco no município, estava à frente da prefeitura por mais de um ano, desta forma podemos dizer que os dois iniciaram praticamente juntos suas gestões. Como disse, fora confirmado no cargo no início de dezembro de 37, depois de deixar a presidência da Caixa Econômica. O início de 1938 foi marcado pelo efeito da promulgação do decreto 293 de 10 dezembro de 1937, reorganizando as relações administrativas entre a prefeitura, o Departamento das Municipalidades e o interventor, e internamente, a primeira medida no município foi a reorganização do imposto territorial como forma de fazer uma “radiografia” das terras devolutas existentes, em função das obras de saneamento. A necessidade de ocupar as novas terras - quase 1/4 do território do município emergiram das águas (SOUTO, 2016) - para aproveitá-las economicamente era a ordem do dia.

O decreto, amplamente divulgado no município pelo jornal local, o *Correio da Lavoura*, garantia gestão dos recursos, principalmente porque Nova Iguaçu estava entre os cinco maiores arrecadadores do estado, e informava como a prefeitura poderia geri-los. Neste mesmo jornal, uma nota na primeira página informava que Magé havia solicitado ao Departamento das Municipalidade um plano de obras, embora não tivesse recurso para realizá-lo, o jornal cobrava o mesmo para Nova Iguaçu. Ainda na mesma edição, o jornal comunicava que o governo estadual alterava os perímetros urbanos das localidades do município. (CORREIO da LAVOURA, 10/2/38)

Saneamento permitiu aumento do estoque de terras, o governo do estado reorganizou os perímetros urbanos de um município de dinâmicas de ocupação heterogêneas, e finalmente prefeitura tinha recursos, não só porque arrecadava mais, mas porque deu calote em parte de sua dívida⁸ e ficou com as contas organizadas. O município estava preparado para pleitear ao Departamento das Municipalidades a aprovação de um plano de remodelação.

Os melhoramentos começam a aparecer no jornal local a partir de abril de 1938, inicialmente como demanda das localidades, tornando o plano imprescindível, depois informando o andamento das obras e por fim as inaugurações. Ao lado da urbanização havia construção de

8 Cf. nota 2

grandes equipamentos. O centro de saúde foi o primeiro a ser feito, sendo inaugurado em 30 de junho e ainda no mesmo ano, ruas começaram a ser asfaltadas e escolas inauguradas. Ao lado das intervenções materiais, outras ações de disciplinarização da vida urbana estavam em curso, exemplos são a mudança do local da feira e o início de funcionamento de um albergue noturno (inicialmente seria da prefeitura, mas acabou nas mãos do centro espírita local). Ao lado dessas ações houve modernização da administração municipal, com concursos, remoções e reorganização interna da diretoria de obras, cujo ápice foi a promulgação, em outubro de 38, do “código de obras”, não tão complexo quanto o de 1937 do Distrito Federal, mas instituindo uma nova racionalidade nos processos de construção no município. A diretoria de obras também foi reorganizada para dar continuidade ao conjunto de obras iniciadas e passar a atuar sob a égide da Lei de Loteamento (decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938).

DIRETORIA GERAL DE OBRAS

Essa dependência da Prefeitura local vai procurar, por meio de uma organização eficiente, crescer de importância para os iguaçuanos

A Diretoria de Viação, Agricultura e Obras Públicas, da Prefeitura deste município, encontra-se numa fase de organização intensiva a fim de poder traçar um programa racional de trabalho e executá-lo com eficiência.

Foi essa impressão que tivemos, comparecendo a uma das reuniões preparatórias que se realizam semanalmente nessa Diretoria, e palestrando com o engenheiro arquiteto Emilio Hugin, colaborador do diretor geral de obras – Miguel Barroso do Amaral – **na planta de remodelação** do centro urbano do 1º distrito, projetada pela administração do Dr. Ricardo Xavier da Silveira (CORREIO da LAVOURA, 24/11/38, p.2, grifos meus)

Entre a notícia da solicitação de um plano por Magé ao Departamento das Municipalidades em fevereiro de 38, e a de novembro sobre a reorganização administrativa da DVAOP/NI para atender ao plano de remodelação da cidade de Nova Iguaçu (mais especificamente do centro urbano do Distrito-Sede), a prefeitura seria reestruturada administrativamente, inclusive a Diretoria da Fazenda, e com aumento da arrecadação, as outras localidades passariam a ser contempladas com obras de melhoramentos.

Ao longo de 1939 diversas obras passaram a ser informadas no periódico, a primeira delas foi a de Nilópolis, somente com o desenrolar da execução nas outras localidades o jornal informou que a prefeitura atrelou a distribuição de água e a rede de esgoto ao calçamento das ruas, diferentemente do que havia ocorrido com o núcleo urbano do Distrito-Sede. A empresa contratada foi a mineira Bicalho Goulart em setembro de 1941 quando grande parte das obras de remodelação já estavam em curso ou inauguradas.

SILVA, Lúcia. Plano de melhoramentos de Nova Iguaçu durante a gestão de Amaral Peixoto: urbanismo na terra da laranja (1942)

Lavrado o contrato para a execução dos estudos e projetos das obras de abastecimento d água

Da cidade de Nova Iguaçu e das vilas de Meriti, Nilópolis, Caxias e Belford Roxo

(...) Ricardo Xavier da Silveira, representando a municipalidade de Nova Iguaçu, e o dr. Salo Brand, representando o Departamento das Municipalidades, assinaram na presença do Interventor Federal, Comandante Ernani do Amaral Peixoto, contrato com a firma Bicalho Goulart... (Correio da Lavoura, 12/10/41:2)

A empresa Bicalho Goulart tinha sede em Belo Horizonte e era conhecida (ampla propaganda nos jornais) pela produção de canos de água de alta pressão (tubos vibror). No estado do Rio, inicialmente a empresa ganhou a execução dos serviços de água e esgoto no município de Barra do Pirai, depois em Três Rios; participou da concorrência para o mesmo serviço em Niterói e perdeu, para então ficar com os contratos do bairro Quitandinha em Petrópolis, Itaperuna e São João da Barra, finalmente ganhou o contrato coletivo de 26 localidades, entre elas, as cinco de Nova Iguaçu. Todos os contratos eram avalizados pelo Departamento das Municipalidades e como Lincoln Continentino era consultor da empresa mineira não causa surpresa ver sua participação na fundação do Círculo de Estudos Municipais do estado do Rio de Janeiro em junho de 1942, cujo presidente era Salo Brand (diretor do Departamento das Municipalidades). O engenheiro desde agosto de 1940 estava em constante contato com a repartição, assumindo a autoria de vários planos apresentados na Exposição de agosto de 1942, inclusive o de Nova Iguaçu.

Acompanhando o Correio da Lavoura é possível afirmar que desde 1938 o plano foi utilizado para referendar um conjunto de obras, mas que a prefeitura ao assinar o contrato com a empresa mineira Bicalho Goulart em 1941, permitiu que o Departamento das Municipalidades outorgasse a autoria do plano de Nova Iguaçu a Lincoln Continentino, porque o engenheiro era uma figura proeminente dentro das discussões urbanísticas, e principalmente porque associava essa discussão à gestão pública. A criação do Círculo de Estudos Municipais explicita a proximidade política de Lincoln com Salo, sem a intermediação da empresa que o levou ao Rio.

Assim, chega-se ao plano de Continentino para Nova Iguaçu de duas formas, a primeira, por meio da empresa mineira que iria fazer os estudos para executar as obras de implantação de rede de água e esgoto no município; a segunda a partir de sua relação política com o diretor do Departamento das Municipalidades. Fornecimento de água sempre fora um problema para Nova Iguaçu, não só por ter um território maior que a cidade do Rio de Janeiro com diversos núcleos urbanos espalhados, também porque a rede vinha do Distrito Federal cuja água era captada na própria Nova Iguaçu (desde o episódio da água em seis dias em 1888, a água fornecida para a cidade do Rio de Janeiro era a da Rio D'Ouro).

O plano de melhorias foi executado em vários núcleos urbanos do município: Caxias,

SILVA, Lúcia. Plano de melhoramentos de Nova Iguaçu durante a gestão de Amaral Peixoto: urbanismo na terra da laranja (1942)

Nilópolis, São João de Meriti, São Mateus, Queimados e o Distrito-Sede (Nova Iguaçu). Essas localidades foram contempladas com a urbanização de praças, o calçamento de ruas e a possibilidade de colocação da rede de água e esgoto, isto porque no primeiro momento a empresa mineira apenas faria o estudo de viabilidade de implantação da rede. Em 1943 com estudo pronto, seria feito novo empréstimo para a implantação da rede, agora captada também de Ribeirão das Lages, não só da Rio D'Ouro.

No Distrito-Sede foram abertas as atuais ruas Geni Saraiva e Tomas Fonseca (ligando Ponto Chic a Morro Agudo), além da rua Alberto Ribeiro (ligando Morro Agudo a Queimados). No Centro, foram calçadas a atual Marechal Floriano da Praça da Liberdade até a rua Coronel Francisco Soares, e do “Outro Lado”⁹ a São Bernardino entre a rua Floresta de Miranda (inclusive) e a rua Dr. Tibau (inclusive). Em Caxias foram desapropriados 15.000 m² para a construção da atual praça da Emancipação, juntando-a com a da Pacificação, em Nilópolis foi urbanizado o entorno da praça Paulo de Frontin. Em São João de Meriti foi urbanizado o entorno da estação de São Mateus e da praça da Matriz no centro do distrito, terrenos foram desapropriados para o alargamento da rua da Matriz no trecho da praça à estação de Vila Rosali. Em Queimados houve a urbanização da atual praça N S da Conceição e abertura da estrada de Caramujos (a antiga, de 8,5km) atravessando extenso pomares até a estação de Engenheiro Pedreira, assim como várias vias de escoamento de laranjas foram abertas: estrada da Palhada, a de Austin a Carlos Sampaio, de Heliópolis a Belford Roxo.

9 Outro lado (da linha férrea) é a designação da área onde mora a população mais rica do município. Sobre esta forma de conceber o espaço ver Silva, 2017

Figura 2. Núcleos urbanos do município de Nova Iguaçu contemplados pelo Plano de 1942



Fonte: Correio da Lavoura de 19/04/1942, p.8

Praças em frente às estações como “cartão postal” das localidades e vias de escoamento do principal produto de exportação, foram os melhoramentos projetados para os principais núcleos urbanos do município-região, entretanto, a maioria da urbanização das praças e dos calçamentos (sem água e esgoto, só rede pluvial) não teve a mesma visibilidade de outras intervenções que ocorriam naquele momento, também com apoio da prefeitura e do governo do estado, como foram os casos dos imensos loteamentos que formariam os atuais bairros Vila Ema, Chácara Rio-Petrópolis e Jardim Gramacho em Duque de Caxias

É importante ressaltar que o plano de melhoramentos com suas maquetes foi apresentado na

exposição do Museu de Belas Artes em agosto, e no mesmo formato foram exibidos de novo em Niterói, meses depois, desta vez acompanhados de três palestras. A primeira teve a apresentação de Mario Maranhão sobre a “remodelação de Niterói”, a segunda de Lincoln Continentino acerca “de planos de urbanização de Magé, Barra do Pirai e Nova Iguaçu” e a terceira sobre “códigos de obras das municipalidades fluminenses” de Stefane Vanier (Diário Carioca 23/10/42, p.5). As conferências, juntas, nos permitem ver como o governo estadual atrelava urbanismo à administração pública, e como essa articulação passava, entre outras coisas, pela construção de um novo imaginário que fazia dos planos a representação de uma racionalidade, objetividade e neutralidade política. Os planos ao mesmo tempo em que eram utilizados como discurso legitimador de intervenção no território, ofuscavam as rotinas burocráticas do estado e das prefeituras que viabilizavam e garantiam a atuação de outros agentes na produção do espaço, reproduzindo inclusive o padrão de ocupação centro-periferia, já que ratificavam as centralidades existentes. Neste sentido, o estado configurava-se como principal mercado do urbanismo

Enquanto o plano de melhoramento era realizado nos núcleos urbanos já consolidados e trazia valorização às terras urbanizadas, os grandes empreendimentos imobiliários eram feitos em locais distantes, a partir de doação de terras e isenção fiscal de projetos de urbanização feitos pela prefeitura, viabilizando assim imensos loteamentos como os de Vila Ema e Jardim Gramacho, a partir de terras retiradas das águas pelo saneamento realizado pela DSBF, capitaneada por Hildebrando de Góes.

Saneamento e urbanismo como instrumentos de progresso em terras da Baixada

A ideia de insalubridade foi recorrentemente utilizada na construção da imagem da Baixada. Esta “potência de verdade”¹⁰ desde a Primeira Comissão Federal (1910) tornou inconteste a necessidade de drenar as terras alagadas e cheias de malária que inviabilizavam seu crescimento econômico. Denominada de “terra da promessa” pelo último governo estadual da República Velha, o diagnóstico de desenvolvimento passava pelo saneamento.

Urbanismo e saneamento ao longo dos anos de 1930, na região, foram conjugados de forma a tornaram-se complementares. A dupla em terras fluminenses articulava o ideário de modernidade ao autoritarismo presente naquele momento dentro do Estado. Se o processo de consolidação de uma leitura em que o saneamento transformou-se em instrumento de progresso foi gestado na longa duração, na medida em que é possível localizá-la dentro do Estado Imperial nos anos de 1880; a do urbanismo (ou pelo menos aquele visto como sinônimo de plano de conjunto) foi na curta duração, já que entre o plano Agache e o I Congresso Brasileiro de Urbanismo em 1941 houve múltiplos

10 Potência de verdade no sentido estabelecido pela relação poder e verdade (FOUCAULT, 1990, p.14)

movimentos de configuração do campo (de conhecimento e profissional) dotando-o de práticas socialmente reconhecidas e ideário próprio (ainda que incipiente). Mas como estes dois processos de temporalidades diferentes se materializaram no “chão da Baixada”?

O plano de melhoramentos de 1942, de certa forma, refletiu parte das discussões travadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo (CBU), realizado no Rio de Janeiro no ano anterior. Apesar de refletir uma discussão que estava sendo popularizada dentro do campo de conhecimento do urbanismo, não se pode dizer que o plano tenha sido fruto dos debates travados no congresso, ou mesmo dos profissionais ali engajados, ainda que Lincoln Continentino, autor do plano de Nova Iguaçu fosse um dos principais palestrantes do evento e Vanier como representante do Departamento das Municipalidades do Rio de Janeiro (A NOITE 18/07/1942, p.3) tenha apresentado um importante trabalho articulando urbanismo e administração pública. Os principais temas tratados no congresso (plano territorial, saneamento e higiene social, urbanismo nas municipalidades e a articulação entre colonização e urbanização) podem ser identificados nos argumentos utilizados pelo Departamento das Municipalidades para legitimar a confecção dos vários planos municipais, ainda assim não há uma relação direta, a não ser àquela criada discursivamente por Amaral Peixoto como argumento de intervenção para esconder suas articulações políticas.

Dois grupos de trabalhos do congresso, um presidido por Saturnino de Brito Filho sobre saneamento e higiene, e outro por Nestor de Figueiredo sobre legislação, administração e organização (OUTTES, 2019) apontam para um debate que na Baixada se apresentava como prática da Diretoria/Departamento de saneamento e do prefeito. Dentro do Congresso é possível perceber que o discurso sobre saneamento tinha como referência as obras de Saturnino de Brito e isto ficava claro na presidência do grupo de trabalho. Hildebrando com base nas principais ideias do engenheiro estava enxugando as terras da Baixada, e em 1941 grande parte da drenagem da região havia sido concluída. O debate sobre saneamento no congresso trazia as principais questões enfrentadas pela Diretoria/departamento (e algumas resolvidas), ainda assim ninguém da DSBF participou do evento. Outra discussão importante era voltada ao controle e depois à racionalização do uso do território (uso urbano ou agrícola), afinal colonização e ocupação das terras estavam na ordem do dia; o trabalho de Sarabanda apresentado no congresso sobre “planos para vilarejos e a colonização do campo” (OUTTES, 2019, p.109) expressava essa preocupação, que na região se materializava, de um lado, na criação dos núcleos agrícolas, e do outro, na confecção do plano de melhoramentos.

No congresso, todas as municipalidades fluminenses estavam presentes, constituindo-se a principal delegação do evento, desta forma não é descabido afirmar que um representante de Nova

Iguaçu acompanhou todo o CBU. As discussões travadas no congresso podem ser vistas enquanto prática da administração do município, mas não por formação de uma cultura urbanística local, (pelo menos não há indicação nas fontes), e sim por razões políticas, desta forma, apesar de encontrar muitas conexões entre o que se discutia no congresso, o plano e as intervenções de saneamento, não podemos pensar que essa vinculação fosse direta. A visibilidade do debate na sociedade (ao ponto de ser utilizado como argumento do governador-interventor) e internamente entre os profissionais (garantindo a constituição do urbanismo enquanto campo de saber), não garantiram a constituição de uma cultura administrativa da máquina municipal ou do Departamento das Municipalidades; essas questões apareciam como problemas a serem enfrentados, visto que era o uso político dessa discussão que estabelecia a conexão entre os temas debatidos e a ação no território.

Desde 1933, o dessecamento da região estava sendo realizado com base nas ideias de Saturnino de Brito. Hildebrando em seus relatórios (1934 e 39) defendia todas as orientações de saneamento do engenheiro, colocando-as em prática. No primeiro relatório, ainda que indicasse outras possibilidades a serem seguidas, como a do Mauricio Joppert (BRASIL, 1934, p.34), informava qual era a referência conceitual escolhida

É oportuno, desde já, esclarecer a significação do termo "enxaguamento" acima empregado. Como salienta Saturnino de Brito, no seu relatório "Saneamento de Campos", o enxaguamento resume-se em escoar as águas estagnadas nas depressões, enquanto que a drenagem visa o enxugo dos terrenos. Consegue-se, em geral, o enxaguamento pela simples abertura de valas ou canaletas superficiais, enquanto a drenagem exige a execução de uma rede subterrânea de manilhas ou a construção de valetas profundas e convenientemente distantes uma das outras. Solucionado os dois problemas acima mencionados, estará saneada, em grande parte a Baixada Fluminense. (BRASIL, 1934, p. 31 e 32).

No segundo relatório, não só reafirmava sua aderência às ideias de Saturnino de Brito, como aproveitou para tecer longo elogio ao mestre

É de se observar que o projeto para defesa da margem direita do rio Paraíba organizado, em 1925, pelo engenheiro Saturnino de Brito quando a *Mississippi River Commission* seguiu a orientação de construir somente diques, já previa a construção de vertedores laterais. Antes dos americanos adotarem a execução sistemática de *spillways*, após a grande enchente de 1927 no Mississipi, já o técnico brasileiro projeta tais dispositivos, cabendo-lhe, portanto, a primazia da ideia..... (GOES, 1939, p.30)

Em 1939, segundo seu relatório, estavam definitivamente saneadas as terras das bacias dos rios Iguaçu (200 km²), Meriti (17 km²), Estrela (75 km²), Suruí (15 km²), Iriri (5 km²) e Guandu

(1.200 km²). Ao longo de 1940, 41 e 42, apareceram nos jornais ações nos rios Sarapuí, Inhomirim, Imbariê e o Botas. Os dois relatórios explicitam a defesa de uma visão de saneamento voltada ao uso agrícola, isto significa dizer que esgotamento sanitário não era acionado como problema a ser resolvido na região. Utilizando-se das ideias de Saturnino, sanear para uso agrícola significava dessecar as terras mantendo-as férteis, e isto era possível com a técnica de drenagem e irrigação aproveitando os mesmos canais. A terras de Nova Iguaçu estavam sendo saneadas para agricultura, pelo menos os relatórios indicavam este objetivo e a riqueza produzida pela exportação da laranja corroborava a escolha, afinal, naquele momento, era o terceiro item de exportação, depois do café e do cacau (NASCIMENTO, 2019, p. 219); as obras de drenagem era uma antiga demanda dos citricultores.

Conta o município de Iguassu com terras próprias e ubérrimas para todas as culturas, mas falta-lhe dois importantes melhoramentos que virão concorrer poderosamente para o surto prestigioso de sua agricultura: saneamento rural e boas estradas de rodagem.

Das estradas de rodagem vem a atual administração cuidando com carinho, de acordo com as posses do erário municipal, mas o saneamento rural só o governo federal pode empreendê-lo. (CORREIO da LAVOURA, 02/03/1933, p.1)

Saneamento rural era tema recorrente entre a classe dominante, mas não o “urbanismo”, então, como esse discurso chegou àquela zona rural, ao ponto de tornar-se complementar ao de saneamento na região. Duas ideias de urbanismo circulavam no município. O urbanismo que parte da população de Nova Iguaçu demandava através do jornal local, era aquele que tinha Pereira Passos como modelo. Em vários momentos o periódico recorreu a figura de Pereira Passos para exemplificar uma administração comprometida com a melhoria da estrutura urbana, como exemplo abaixo

Bem árdua é a missão de dirigir um departamento público onde a hygiene, a estética, a instrução primária, deixam muito a desejar, tanto mais quando os elementos pecuniários são deficientes, incapazes de grandes empreendimentos. A princípio pensam os conservadores, os tímidos, que empreender um gasto elevado para um elevado e importante benefício é um erro administrativo. Põem as mãos na cabeça e bradam vendo longe a derrocada

Puro engano. O prefeito Pereira Passos, ao deixar a prefeitura do Districto Federal, não havia em cofre um nickel, todo o cobre arrecadado desaparecera na febril remodelação da cidade

Comentários, os mais variados, increpavam-no de louco!

Hoje, no centro do próprio edifício da prefeitura do Districto Federal, lá está o busto do remodelador da cidade, do homem que multiplicou as rendas municipais. Se há dívidas hoje na prefeitura do Districto federal e se ella está em péssimas condições financeiras, a culpa não cabe a Pereira Passos, este ao contrário, abrindo ruas,

SILVA, Lúcia. Plano de melhoramentos de Nova Iguaçu durante a gestão de Amaral Peixoto: urbanismo na terra da laranja (1942)

construindo avenidas, regulando construções, desenvolvendo a hygiene da cidade, abriu para os cofres municipais, novas rendas (CORREIO da LAVOURA 04/12/1919, p. 1).

Desde a reforma urbana de Arruda Negreiros, melhoramento urbano era tema recorrente no jornal, apontando para a sua popularização entre os citricultores, da mesma forma que saneamento. A vocação rural da região, segundo a classe dominante local, era compatível com uma cidade moderna, e “urbanismo” faria parte de uma Nova Iguaçu¹¹.

Essa fração da classe dominante, fundamentalmente agrária, se via como moderna em relação àquela do século XIX, que tinha na figura do Comendador Soares o seu maior símbolo. Modernidade passava por alocar as maquinarias do conforto em uma determinada área do núcleo urbano, o “Outro Lado”, tais como praça com paisagismo, hospital, vias largas para os carros, cinemas, rede de água e esgoto, tudo isto realizado na gestão de Arruda Negreiros, sem plano.

Esse surto formidável que se nota na lavoura vai se refletindo na vida urbana de Iguassu. Com efeito, a cidade vai tomando novo aspecto.

Prédios de arquitetura moderna vão se erguendo pelos diferentes bairros e novas ruas vão se abrindo (CORREIO da LAVOURA 02/03/1936, p.3)

Sendo comparado com Pereira Passos, porque o jornal buscou associar a realização de um conjunto de obras necessárias ao município à eficiência da administração pública, quando o prefeito dotou uma parte da cidade de todas as comodidades, tornou essa associação “natural”. Essa ideia de “urbanismo”, popular por ser propagandeada pelo jornal desde a década de 1920, era a visão dos citricultores, o que nos permite afirmar que, com 30 anos de atraso um conjunto de atributos atrelado ao plano era consenso na pequena sociedade local. Leme (1999) classifica essas características como típicas do primeiro período do urbanismo (1895 a 1930)

No primeiro período foram propostos e realizados melhoramentos localizados em partes da cidade. Projetando sobre a cidade existente, tratava-se ainda de melhorá-la. A primeira geração de profissionais que atuava neste período era formada em curso de engenharia nas antigas escolas.... (LEME, 1999, p.22)

O que os citricultores desejavam não era o que estava sendo discutido no I Congresso Brasileiro de Urbanismo, já que apenas pleiteavam um conjunto de obras em uma área específica do núcleo urbano do Distrito-Sede para servir de “vitrine do progresso” às suas práticas sociais, além é claro, a modernização de vias de escoamento da laranja aos barracões de beneficiamento existentes em algumas estações ferroviárias (Queimados, Austin, Cabuçu e Nova Iguaçu). O que a prefeitura

11 O município passou a ser denominado de Nova Iguaçu em 1938, antes era apenas Iguaçu

acabou realizando foi maior do que o pleiteado pela classe dominante para o município, porque outros núcleos também foram contemplados com urbanização e embelezamento. Os laranjeiros tinham uma concepção de urbanismo antiquada se comparada com aquela discutida no CBU.

A segunda ideia de urbanismo que circulava no município era aquela advinda do discurso do governo estadual e não fazia parte do cotidiano da classe dominante local, mas no jogo político foi necessário incorporá-la para ter a remodelação pretendida no Distrito-Sede, afinal tudo passava pela aprovação do Departamento das Municipalidades. E, como já foi dito, a própria repartição construiu discursivamente a ideia de que o urbanismo deveria ser pensado como prática de administração pública e Vanier era o representante desta vertente. Como técnico do Departamento das Municipalidade apresentou o trabalho “o urbanismo nos municípios” no I CBU, e na Exposição de Urbanização das Cidades Fluminenses ministrou a palestra “códigos de obras das municipalidades fluminenses em face ao urbanismo”, ratificando a ideia de que o campo era, segundo o próprio, marca incontestante do poder do Estado, já que a “disciplina dos planos é uma demonstração de governo” (A NOITE 18/07/1942, p.3)

Como símbolos de poder e força política, os planos de remodelação fluminenses deviam esconder, sob a égide da racionalidade do discurso técnico e neutro, produzidos por profissionais como Vanier, as articulações políticas envolvidas na escolha dos municípios. O discurso de Vanier ressaltava o urbanismo enquanto ação da esfera da administração pública, naquele momento sob um estado autoritário, assim as razões técnicas são utilizadas a posteriori, escondendo as barganhas políticas do governador-interventor em relação a escolha dos municípios e sobre quem deveria confeccioná-los.

Esse “urbanismo autoritário” era construído enquanto discurso e escondia uma prática que era hegemônica dentro do estado fluminense, mas que não refletia os vários movimentos do campo que se consolidava. Internamente, esse próprio discurso esbarrava nas encomendas, visto que poucos planos foram confeccionados pelos técnicos estaduais/municipais. O escritório Coimbra Bueno e Continentino não eram funcionários estaduais. O Departamento das Municipalidades dava organicidade e legitimava ações construídas fora da repartição, e com seu auxílio, os acordos políticos podiam se materializar em planos, sob a fachada de escolhas técnicas. Somente tendo isto em mente, é possível entender como o município de Nova Iguaçu entrou nesse circuito de planos e sua elite transformou rapidamente o discurso do urbanismo como complementar ao do saneamento.

À guisa de conclusão

O município-região sob a gestão de Xavier da Silveira e em pleno Estado Novo foi brindado com um plano, resultado de uma conjunção de fatores. Era um município rico em função da

produção de laranjas, tinha uma classe dominante que desejava um plano de melhorias para uma área específica do Distrito-Sede, e com uma visão diferente do Urbanismo discutido no I CBU. A prefeitura, *locus* dessa classe dominante local, intermediada pelo Departamento de Municipalidades, principalmente porque era o espaço institucional que controlava os recursos, teve que se inserir no jogo político comandando pelo interventor, que entre outras coisas, utilizou-se de uma leitura do urbanismo (aquela atrelada à prática administrativa) como estratégia de barganha.

Apesar do fortalecimento da ideologia municipalista, Nova Iguaçu pouco pode fazer nesse jogo político, ainda que se reconheça os ganhos, muito em função da movimentação dos citricultores, ruralistas por excelência, mas sem um pensamento antiurbano, comum até aquele momento entre a classe dominante agroexportadora (RIBEIRO e CARDOSO, 1996). São várias as explicações para o perfil da classe dominante local, a primeira delas era a composição heterogênea desse grupo, o próprio prefeito representava uma fração que não poderia ser classificada somente como agroexportador; outra explicação era a proximidade da capital federal, inclusive trazendo uma população urbana com demandas diferentes dos citricultores, que mais tarde organizaria as primeiras emancipações. Essa população, atraída por melhorias patrocinadas pelo plano e pelo saneamento, em 1940 já representava 70% dos habitantes, mas ocupavam menos de 30% do território.

Município rico, de estrutura agrícola, mas com grande contingente urbano, o plano de melhoramento contemplou localidades fora do Distrito-Sede, intensificando dinâmicas que acabariam por sustentar, mais tarde, o processo de periferação pelo qual passaria a região, em função também das obras de saneamento.

O plano de melhoramentos foi confeccionado em período de ditadura e foi utilizado como instrumento de barganha política, auxiliando, em grande medida, o interventor a constituir sua hegemonia dentro do Estado, isto ocorreu, principalmente por esconder sua prática política sob o discurso técnico construído pelo Departamento das Municipalidades. O urbanismo do Departamento das Municipalidades era, naquele momento, articulado ao autoritarismo, produto de práticas estabelecidas no interior da máquina administrativa, que de certa forma, dialogava com as discussões mais amplas travadas no I Congresso Brasileiro de Urbanismo.

À primeira vista não parecia ter distância entre os temas debatidos no I CBU e o que efetivamente estava sendo realizado na região, principalmente porque as referências utilizadas no saneamento e no plano foram evocadas no evento. Na prática, a atuação das diversas repartições públicas no território era fruto de disputas de concepções de desenvolvimento e de efetivação de compromissos políticos, mas que ao fim e ao cabo, garantiram um novo ritmo de ocupação, seja com o saneamento através do aumento do estoque de terras, seja com o plano consolidando núcleos

urbanos e possibilitando novas centralidades.

Das 60 estações ferroviárias existentes no município-região¹², algumas foram contempladas com urbanização advinda de um plano e seriam essas localidades que se transformariam em sedes dos novos municípios, talvez este tenha sido o maior impacto do plano, além é claro de reproduzir um desenvolvimento desigual no território, já que alguns núcleos foram brindados com obras e a maioria não. Com alguma infraestrutura, essas centralidades atrairiam uma imensa população com os loteamentos, passando a reproduzir a lógica da metrópole no território. Este novo processo, em uma nova escala, ratificaria a “Baixada para os de baixo” e transformaria a região em periferia.

Referências

BRASIL, Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense por Hildebrando de Araújo Góes*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1934.

CASTRO, S R P S de. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Niterói: UFF, 1996

FELDMAN, S. As Comissões de Planos da Era Vargas In REZENDE, V. (org). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: UFF/Intertexto, 2012.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal ed, 1990.

GOÉS, H. *Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

LEME, M C (coord). *Urbanismo no Brasil 1895/1965*. São Paulo: Studio Nobel/FUPAM, 1999.

NASCIMENTO, A P. Francisco Caetano Madeira: um empreendedor negro no pós-abolição (Nova Iguaçu, séculos XIX e XX) In: NASCIMENTO, A P e BEZERRA, N R (orgs) *De Iguaçu à Baixada Fluminense: Histórias de um território*. Curitiba: Appris editora, 2019.

OUTTES, J. ‘Trocando as ferramentas de pedreiro pelo pandeiro e a cuíca para ganhar prêmio no carnaval’: os urbanistas brasileiros em seu primeiro congresso, Rio de Janeiro, 1941 In:

CHIQUITO, E de A; VELLOSO, R e FARIA, R de (orgs). A formação do urbanismo e dos urbanistas no Brasil. *Anais do 4º Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil*. Belo Horizonte: Escola de arquitetura UFMG, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (PMNI). *Atlas escolar da Cidade de Nova Iguaçu*. 2 ed. Nova Iguaçu: PMNI, 2004.

¹² Nove estações na linha Central do Brasil, 15 na linha Auxiliar, 6 na linha Leopoldina e 30 na Rio Douro (ramais Tinguá, Xerem, São Pedro). Cf. PMNI, 2004, p.12

SILVA, Lúcia. Plano de melhoramentos de Nova Iguaçu durante a gestão de Amaral Peixoto: urbanismo na terra da laranja (1942)

REZENDE, V. (org). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: edUFF/ Intertexto, 2012.

RIBEIRO, L C de Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIBEIRO, LC de Q e CARDOSO, A. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil
In: RIBEIRO, LC de Q e PECHMAN, R. (orgs). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SILVA, L. As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias. *Revista Mosaico*. Jul/Dez.;, vol 09, n 2: suplemento, pp. 19-25, 218.

SILVA, L. Arruda Negreiros como Haussmann da Baixada? Citricultura e estrutura urbana no município de Nova Iguaçu (1931/36). *Revista Recôncavo*. Jan/Jul; vol 07, n 12, pp. 214-232, 2017.

SOUTO, A B C. *As Comissões Federais Saneamento na Baixada Fluminense (1910/1933)*.
dissertação em desenvolvimento territorial e políticas públicas. Seropédica: UFRRJ/PPGDT, 2016.

SIMÕES, R M. *Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: ed. Entorno, 2007.

SOUZA, S M de. *Da Laranja ao Lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu*. Dissertação de Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGAS/ Museu Nacional, 1992.